



# RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

CNPJ nº 02.016.440/0001-62



## Relatório da Administração

### Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2019, exceto quando especificado de outra forma.

#### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 2020, a RGE cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de 3,0 milhões de clientes, em 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma redução de 4,7% em relação ao exercício de 2019. Destacam-se as classes industrial e comercial, que registraram respectivamente uma redução de 24,1% e 15,6% ante 2019. Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

#### 2. COMENTÁRIO SOBRE A CONJUNTURA

**Ambiente macroeconômico:** Após uma forte contração entre 2014 e 2016, período marcado por diversas turbulências políticas, a economia brasileira engrenou uma recuperação lenta e irregular entre 2017 e 2019. A expectativa de uma recuperação mais forte em 2020 era consensual, porém foi frustrada pela chegada da pandemia de Covid-19. A pandemia afetou a economia brasileira tanto pela recessão global e sua consequente exacerbção de riscos, como forte restrição das condições financeiras, como pela adoção de medidas de restrição de circulação de pessoas no Brasil. O choque trazido pela pandemia impôs uma forte retração da economia no primeiro semestre do ano, especialmente no segundo trimestre. Ainda que a economia não tenha recuperado o patamar pré-Covid-19, o bom desempenho na segunda metade do ano garantiu que o Brasil tivesse um desempenho relativamente bom na comparação com seus pares, em linha com o pacote de estímulos também mais ambicioso. Em 2020, a combinação da pandemia e da manutenção da massa de renda (que, de fato, chegou a crescer em relação a 2019, quando se considera o Auxílio Emergencial) impactou a economia de duas maneiras: (i) houve um aumento da poupança, tanto por motivos precaucionais como pela redução das oportunidades de gastos (especialmente em serviços); e (ii) houve uma alteração no padrão de consumo das famílias, com maior apetite por bens consumidos nos lares (super e hipermercados, móveis e eletrodomésticos, material de construção) e redução de consumo de bens e serviços ligados à mobilidade (serviços prestados às famílias, combustíveis, transporte aéreo, etc). A ocupação recuou de maneira recorde em decorrência da menor circulação; isso se refletiu numa inflação de serviços extremamente baixa, inédita, com núcleos de inflação também bastante abaixo da meta. Além disso, parte dos esforços de enfrentamento da pandemia contou com a postergação de reajustes de preços administrados, fazendo com que estes também encerrassem o ano de 2020 em nível excepcionalmente baixo. Por sua vez, a ociosidade na indústria, amplificada no primeiro semestre, foi revertida no segundo semestre - com a recomposição de estoques incentivando níveis maiores de atividade, especialmente nos setores cujo consumo foi privilegiado pelos novos hábitos. Não obstante um nível maior de atividade, os preços industriais permaneceram relativamente bem acomodados, apesar de fortes altas no atacado. No cômputo final, a inflação encerrou o ano em 4,5%, ligeiramente acima do centro da meta, de 4%. 2020 se encerrou, assim, com a economia recuperando parte das perdas vivenciadas por conta do choque pandêmico, porém com menos medidas de estímulo à vista, tal recuperação dependerá fundamentalmente do progresso da vacinação como forma de contornar os efeitos da pandemia. Apesar de haver ainda muita incerteza com relação ao calendário vacinal no Brasil, estima-se que com as doses já contratadas (tanto da CoronaVac como da vacina da AstraZeneca/Oxford) será possível imunizar os grupos de risco no primeiro semestre do ano. Ainda que isso não seja suficiente para reduzir a circulação do vírus, deve aliviar sobremaneira os sistemas de saúde, possibilitando a normalização gradual das atividades. **Tarifas de energia elétrica: Reajuste Tarifário ANEEL (RTA) de 2020:** Em 17 de junho de 2020, por meio da Resolução Homologatória nº 2.697, a ANEEL reajustou as tarifas de energia elétrica da RGE em 15,74%, sendo 10,06% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e 5,67% referentes aos componentes financeiros externos ao Reajuste Tarifário, correspondendo a um efeito médio de 6,09% percebido pelos consumidores. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 8,25% e da Parcela B de 1,82%. O efeito médio percebido pelos consumidores da RGE foi específico conforme a distribuidora anterior responsável pelo atendimento. A ANEEL suspendeu a aplicação das novas tarifas de 2020 para a RGE até 1º de julho de 2020, devido à pandemia da Covid-19. A diferença de receita desde a data de aniversário até 1º de julho foi repassada à Distribuidora por meio do empréstimo setorial "Conta Covid". Adicionalmente, para evitar descasamento de fluxo de caixa, a ANEEL concedeu desconto no pagamento da CDE à CCEE, no mesmo período, no valor estimado desta diferença de receita, a ser reembolsado parceladamente de julho a dezembro de 2020.

#### 3. DESEMPENHO OPERACIONAL

**Clientes:** a RGE encerrou o ano com 3,0 milhões de clientes, com acréscimo de 53 mil consumidores, representando um crescimento de 1,8%. **Vendas de energia:** Em 2020, as vendas para o mercado cativo totalizaram 13.890 GWh, uma queda de 4,7% em relação a 2019. A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2020 foi de 41,9% para a classe residencial, 13,5% para a classe comercial e 10,1% para a classe industrial. Para essas classes de consumo destaca-se: **Classe Residencial:** aumento de 3,8%, refletindo principalmente o incremento de unidades consumidoras em 2020 em relação a 2019; **Classe Comercial e Industrial:** reduções de 15,6% e 24,1%, respectivamente, refletindo os impactos trazidos pelo período de isolamento social e restrição de atividades devido à pandemia da Covid-19, além de um calendário com menos dias de faturamento para os clientes do grupo A (para adequação à REN 863/2019 da ANEEL) e o efeito da movimentação de clientes para o mercado livre; **Nota:** as vendas para o mercado cativo não consideram a informação sobre a energia vendida por meio do Mecanismo de Vendas de Excedentes (MVE), ocorrida em 2019, incluída na linha de "Outras Concessionárias, Permissórias e Autorizadas" da nota explicativa de "Receita Operacional". **Qualidade dos serviços prestados: Atendimento ao cliente:** a RGE obteve em 2020 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 81,5%, na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - ABRADÉE, resultado 0,5 ponto acima do resultado

de 2019. O índice foi superior à média nacional de 74,9%. **Fornecimento de energia:** a RGE desenvolveu iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2020, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 10,83 horas, e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 5,27 vezes.

#### 4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras e notas explicativas. **Receita operacional:** a receita operacional bruta foi de R\$ 13.089 milhões em 2020, representando um aumento de 1,0% (R\$ 134 milhões), decorrente da variação de R\$ 178 milhões no ativo e passivo financeiro setorial, além dos aumentos de: (i) de 14,0% na receita com construção de infraestrutura (R\$ 122 milhões); (ii) de 5,1% em outras receitas (R\$ 89 milhões); e (iii) de 65,5% na atualização do ativo financeiro da concessão (R\$ 67 milhões). Esses aumentos foram parcialmente compensados pelas reduções de 25,2% no suprimento de energia elétrica (R\$ 195 milhões) e de 1,3% no fornecimento de energia elétrica (R\$ 127 milhões). As deduções da receita operacional foram de R\$ 4.867 milhões em 2020, representando uma redução de 2,2% (R\$ 108 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 8.222 milhões em 2020, representando um aumento de 3,0% (R\$ 242 milhões). **Geração operacional de caixa (EBITDA):** em 2020, o EBITDA foi de R\$ 1.428 milhões, representando um aumento de 5,3% (R\$ 71 milhões), devido ao aumento de 3,0% (R\$ 242 milhões) na receita líquida. Esta variação foi parcialmente compensada pelos seguintes fatores: (i) aumento de 14,0% (R\$ 122 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor; (ii) aumento de 2,7% (R\$ 26 milhões) no PMSO (despesas com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros, Outros Custos/Despesas Operacionais e Entidade de Previdência Privada); e (iii) aumento de 0,5% no custo com energia elétrica (R\$ 23 milhões). O aumento de 2,7% (R\$ 26 milhões) no PMSO deve-se aos seguintes fatores: **•** Aumento de 0,5% (R\$ 2 milhões) nas despesas com pessoal; **•** Aumento de 0,8% (R\$ 1 milhão) nas despesas com material; **•** Redução de 2,2% (R\$ 6 milhões) nas despesas com serviços de terceiros; **•** Aumento de 8,6% (R\$ 25 milhões) em outros custos/despesas operacionais; **•** Aumento de 45,5% (R\$ 5 milhões) no item Entidade de Previdência Privada.

#### Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA

	2020	2019
<b>Lucro Líquido</b>	<b>687.610</b>	<b>623.996</b>
Amortização	390.287	364.374
Resultado Financeiro	85.529	108.863
Contribuição Social	70.065	69.129
Imposto de Renda	194.621	190.509
<b>EBITDA</b>	<b>1.428.113</b>	<b>1.356.871</b>

\*Conforme Instrução CVM nº 527, de 4/10/2012

**Lucro líquido:** a RGE apurou lucro líquido de R\$ 688 milhões em 2020, representando um aumento de 10,2% (R\$ 64 milhões), refletindo o aumento 5,3% no EBITDA (R\$ 71 milhões) e a redução de 21,4% na despesa financeira líquida (R\$ 23 milhões). Estas variações foram parcialmente compensadas pelos aumentos de 8,3% na amortização (R\$ 26 milhões) e de 1,9% no imposto de renda e contribuição social (R\$ 5 milhões). **Endividamento:** no final de 2020, a dívida financeira da RGE atingiu R\$ 4.788 milhões, representando um aumento de 31,4%.

#### 5. INVESTIMENTOS

No ano, foram investidos R\$ 960 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros.

#### 6. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

A RGE desenvolve iniciativas que buscam gerar valor compartilhado entre a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir para a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais nas áreas de abrangência. Alinhados ao planejamento estratégico do Grupo CPFL, os compromissos e as diretrizes de atuação visam promover o desenvolvimento sustentável e são incorporados aos processos decisórios e ações, conforme destaques a seguir. **Plano de Sustentabilidade:** definição da estratégia de sustentabilidade com foco em três pilares - Energia sustentável, Soluções inteligentes e Valor compartilhado com a sociedade - e em habilitadores fundamentais para nossa atuação - Ética, Transparência, Desenvolvimento de pessoas e inclusão, com compromissos públicos e iniciativas de valor em diversas áreas da empresa, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas. **Plataforma de Sustentabilidade:** ferramenta de gestão da performance em Sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano de Sustentabilidade. **Comitê de Sustentabilidade:** instância da diretoria executiva responsável por monitorar o Plano e a Plataforma de sustentabilidade, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para o desenvolvimento sustentável da empresa. **Mudança do Clima:** atuamos com foco estratégico em negócios de baixo carbono e projetos que visam combater a mudança climática e seus impactos, nas frentes de Gestão de Emissões de GEE, Gestão de riscos e oportunidades, Inovação, Engajamento e divulgação. **Gestão Ambiental:** a empresa possui certificação ISO 14001, suas unidades operacionais (Estações Avançadas e Subestações) são periodicamente avaliadas quanto aos riscos e requisitos legais. Possui contrato para atendimento a situações de emergência ambiental, além de seguro específico. Realiza projetos visando aprimorar o desempenho ambiental nos municípios, como o Arborização + Segura. **Sistema de Gestão e Desenvolvimento da Ética (SGDE):** O Programa de Integridade assegura os mecanismos adequados para promover a cultura ética, alinhada aos princípios do grupo CPFL Energia. O programa possui 4 pilares compostos por procedimentos que evidenciam, inclusive, o tom e a prática do discurso pela alta administração, diretrizes como o Código de Conduta Ética, além de ferramentas de comunicação como treinamentos e o canal externo de ética, avaliação e monitoramento. Podemos destacar ações ocorridas/implementadas do Programa de Integridade, tais como: a manutenção do Selo Pró-Ética 2019/2020. O prêmio foi concedido pela Controladoria Geral da

União (CGU) a um seleto grupo de empresas, que fomentam a adoção voluntária de medidas de integridade e comprometidas em implementar ações voltadas à prevenção, detecção e remediação de atos de corrupção e fraude, o treinamento virtual/e-learning do Programa de Integridade que contemplou 11.121 colaboradores do grupo CPFL, a implantação da Conversa Mensal de Integridade - CMI em todas unidades do grupo CPFL com temas como: Assédio Sexual, Conflito de Interesses, Tratamento Desrespeitoso, Atividades Políticas Partidárias, Discriminação e Preconceito e Brindes Presente e Hospitalidades. Além disso, foram realizadas 12 reuniões do Comitê de Ética em 2020 para tratar de temas relacionados à gestão da ética, considerando sugestões, consultas e denúncias recebidas no período. **Relacionamento com a Comunidade:** entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a RGE atua, destacam-se: (i) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA (1% I.R.)** - Em 2020, a RGE destinou R\$ 18 mil para o Fundo Municipal da Criança e Adolescente de 2 cidades. O repasse irá apoiar as ONGs nesses municípios que desenvolvem projetos de transformação social através da cultura e do esporte; (ii) **Apoio aos Conselhos Municipais dos Direitos do Idoso - CMDI (1% I.R.)** - Em 2020, a RGE destinou R\$ 90 mil ao Fundo Municipal da Pessoa Idosa do Rio Grande do Sul. Os recursos do fundo foram utilizados para ações de combate à Covid-19, como compra de bens e insumos médico-hospitalares, beneficiando todos os municípios do Estado. Além desse recurso, 400 municípios do RS foram beneficiados com R\$ 750 mil para o Fundo do Idoso provenientes de outras fontes de recursos; (iii) **Apoio ao Pronas - Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (1% I.R.)** - Em 2020, a RGE destinou R\$ 18 mil para apoiar um projeto de reabilitação e inclusão da pessoa com deficiência em um município. (iv) **Voluntariado** - Em 2020, foram desenvolvidas 4 ações que envolveram cerca de 186 participações voluntárias. As ações desenvolvidas em 2 cidades da área de concessão beneficiaram aproximadamente 392 pessoas diretamente; (v) **Eficiência Energética (0,5% da ROL)** - Foram investidos R\$ 50,9 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: R\$ 12,3 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na (a) regularização de 896 clientes; substituição de (b) 157.000 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED); (c) instalação de 1.800 aquecedores solares e (d) 3.900 trocadores de calor. Foi também executado projeto educacional (e) RGE nas Escolas, que capacitou 15.439 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica, com um investimento de R\$ 835 mil. Também desenvolveu (f) projeto bônus residencial com a substituição de 7.019 geladeiras ineficientes por geladeiras econômicas da tecnologia inverter, com um investimento de R\$ 4,7 milhões. Executou ainda (g) projetos de Iluminação Pública, que proporcionaram a substituição de 9.767 pontos de iluminação por LED, com um investimento total de R\$ 12 milhões. Por fim, (h) investiu R\$ 13 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a Substituição de lâmpadas por LED em Hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão; e (vi) **Escola de Eletricista** - visa formar um banco de eletricistas capacitados e mitigar riscos advindos do apagão de mão de obra. Constitui um investimento social por oferecer qualificação gratuita para o mercado de trabalho com possibilidade inclusive de aproveitamento no quadro da própria empresa. Em 2020, foram realizadas 5 turmas, concluímos a formação de 47 novos eletricistas, sendo que 29 deles foram contratados. **Gestão de Recursos Humanos:** Em 2020, treinamos 3.873 pessoas, que representa 95% do quadro de colaboradores. Foram 9.368 horas de treinamento online. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com 5 Escolas para formação de eletricistas ao longo do ano, 47 pessoas treinadas e mais de 2.100 horas de desenvolvimento. **Rede de Valor:** seguindo as regras de isolamento social devido a pandemia, em 2020 os encontros da Rede de Valor ocorreram de forma online. Participaram 95 empresas fornecedoras e foram realizados 3 encontros que abordaram os seguintes assuntos: Plano de Sustentabilidade e Ética, Segurança do Trabalho e os Conceitos de Transformação Digital, Cenário Econômico e Desafios do Setor Elétrico.

#### 7. AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG Auditores Independentes (KPMG) foi contratada pela RGE para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG prestou, em 2020, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários agregados foram superiores a 5% do total de honorários recebidos pelo serviço de auditoria contábil (societária e regulatória). Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a KPMG prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza	Contratação	Duração
Asseguração de <i>covenants</i> financeiros	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021
Asseguração de informações para o BNDES	23/10/2020	6 meses
Serviços de <i>compliance</i> tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)	28/12/2016	Exercícios de 2017 a 2021

Contratamos um total de R\$ 61 mil referentes aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 9,8% dos honorários de auditoria externa das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias referentes ao exercício social de 2020 da Companhia. A contratação dos auditores independentes, conforme Estatuto Social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes. Conforme previsto pela Instrução CVM nº 381/03, a KPMG declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

#### 8. AGRADECIMENTOS

A Administração da RGE Sul agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na Companhia no ano de 2020. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas.

#### A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço [www.cpf.com.br/ri](http://www.cpf.com.br/ri)

## Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

Balancos Patrimoniais				Balancos Patrimoniais			
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019				Em 31 de dezembro de 2020 e 2019			
(Em milhares de Reais)				(Em milhares de Reais)			
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	392.601	74.323	Fornecedores	15	1.052.529	783.901
Títulos e valores mobiliários	6	757.705	-	Empréstimos e financiamentos	16	1.803.770	242.854
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.405.990	1.339.776	Debêntures	17	129.898	16.393
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	3.367	3.112	Entidade de previdência privada	18	35	42
Outros tributos a compensar	8	80.543	73.114	Taxas regulamentares	19	23.658	59.087
Derivativos	32	486.476	14.166	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	3.045	27.452
Ativo financeiro setorial	9	188.331	341.901	Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	167.986	157.004
Estoques		19.273	24.628	Dividendo e juros sobre capital próprio	23	163.307	-
Outros ativos	12	220.396	142.591	Obrigações estimadas com pessoal		30.884	32.206
<b>Total do circulante</b>		<b>3.554.682</b>	<b>2.013.611</b>	Outras contas a pagar	22	372.556	278.217
<b>Não circulante</b>				<b>Total do circulante</b>		<b>3.747.668</b>	<b>1.597.156</b>
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	108.877	127.151	<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	21	123.808	117.494	Fornecedores	15	189.578	148.247
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.565	2.565	Empréstimos e financiamentos	16	2.471.467	2.202.148
Outros tributos a compensar	8	91.657	88.691	Debêntures	17	1.268.228	1.380.395
Derivativos	32	398.645	183.444	Entidade de previdência privada	18	176.409	177.506
Créditos fiscais diferidos	10	167.303	418.747	Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	3.148	-
Ativo financeiro da concessão	11	4.513.915	3.801.382	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	231.817	204.044
Outros ativos	12	5.947	672	Mútuos com controladora	29	300.019	-
Ativo contratual	13	618.617	445.157	Derivativos	32	-	120
Intangível	14	2.458.397	2.628.911	Passivo financeiro setorial	9	8.654	1.119
<b>Total do não circulante</b>		<b>8.489.733</b>	<b>7.814.214</b>	Outras contas a pagar	22	106.797	166.471
<b>Total do ativo</b>		<b>12.044.415</b>	<b>9.827.825</b>	<b>Total do não circulante</b>		<b>4.756.118</b>	<b>4.280.050</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	23		
				Capital social		2.820.677	2.809.820
				Reserva de capital		184.819	195.676
				Reserva legal		185.950	151.569
				Reserva de retenção de lucros para investimento		-	46.890
				Reserva estatutária - reforço de capital de giro		489.922	450.356
				Dividendo não distribuído		-	11.479
				Dividendo		-	424.296
				Resultado abrangente acumulado		(140.739)	(139.466)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>3.540.630</b>	<b>3.950.620</b>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>12.044.415</b>	<b>9.827.825</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária de retenção de lucros para investimento	Reserva de lucros			Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
					Reserva de capital de giro	Dividendo não distribuído	Dividendo			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>2.788.106</b>	<b>217.390</b>	<b>120.369</b>	<b>46.890</b>	<b>450.356</b>	<b>11.479</b>	<b>155.688</b>	<b>(63.002)</b>	<b>-</b>	<b>3.727.276</b>
<b>Resultado Abrangente Total</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	623.996	<b>623.996</b>
Outros resultados abrangentes:										
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(555)	-	<b>(555)</b>
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	(75.911)	-	<b>(75.911)</b>
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Constituição da reserva legal	-	-	31.200	-	-	-	-	-	(31.200)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Aumento de capital social	21.714	(21.714)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	424.296	-	(424.296)	-
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	-	(155.688)	-	-	<b>(155.688)</b>
Dividendo intermediário - AGE de 09/08/2019 (nota 22.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	(168.500)	<b>(168.500)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>2.809.820</b>	<b>195.676</b>	<b>151.569</b>	<b>46.890</b>	<b>450.356</b>	<b>11.479</b>	<b>424.296</b>	<b>(139.466)</b>	<b>-</b>	<b>3.950.620</b>
<b>Resultado abrangente total</b>										
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	687.610	<b>687.610</b>
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	-	-	(526)	<b>(526)</b>
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-	(747)	-	<b>(747)</b>
<b>Mutações internas do patrimônio líquido</b>										
Constituição da reserva legal	-	-	34.381	-	-	-	-	-	(34.381)	-
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	-	489.922	-	-	-	(489.922)	-
<b>Transações de capital com os acionistas</b>										
Aumento de capital	10.857	(10.857)	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	-	424.296	-	-	<b>(424.296)</b>
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	-	(163.307)	<b>(163.307)</b>
Aprovação de dividendos intermediários AGE 20/11/2020	-	-	-	(46.890)	(450.356)	(11.479)	-	-	-	<b>(508.725)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>2.820.677</b>	<b>184.819</b>	<b>185.950</b>	<b>46.890</b>	<b>489.922</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(140.739)</b>	<b>-</b>	<b>3.540.630</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos Resultados Abrangentes**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>687.610</b>	<b>623.996</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
Itens que serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	(526)	(75.911)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(747)	(555)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>686.338</b>	<b>547.530</b>

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Lucro antes dos tributos</b>	<b>952.297</b>	<b>883.634</b>
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Amortização	390.287	364.373
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	79.182	56.038
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	79.683	76.097
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	7.356	88.616
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	14.583	10.023
Perda (ganho) na baixa de não circulante	71.805	84.546
<b>1.595.193</b>	<b>1.563.327</b>	
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(127.738)	(142.254)
Tributos a compensar	(10.476)	14.204
Depósitos judiciais	(3.938)	8.943
Ativo financeiro setorial	174.731	147.121
Contas a receber - CDE	(17.843)	26.418
Outros ativos operacionais	(96.442)	13.797
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais</b>		
Fornecedores	309.960	210.445
Outros tributos e contribuições sociais	11.198	3.770
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(14.808)	(14.655)
Taxas regulamentares	(35.429)	21.529
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(96.241)	(100.244)
Passivo financeiro setorial	(12.307)	(48.348)
Contas a pagar - CDE	(36.880)	(18.544)
Outros passivos operacionais	77.591	31.018
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações</b>	<b>1.716.571</b>	<b>1.716.526</b>
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(170.386)	(170.616)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(39.065)	(144.358)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>1.507.120</b>	<b>1.401.552</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (aplicações)	(750.270)	(356)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados (resgates)	463	7.207
Adições de ativo contratual	(960.056)	(884.309)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos</b>	<b>(1.709.863)</b>	<b>(877.458)</b>
<b>Atividades de financiamentos</b>		
Captação de empréstimos e debêntures	1.441.962	890.316
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(355.176)	(1.045.000)
Liquidação de operações com derivativos	67.256	(22.546)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(933.021)	(445.295)
Captações de mútuos com controladora	300.000	-
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	-	(72.319)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>521.021</b>	<b>(694.845)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>318.278</b>	<b>(170.750)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>74.323</b>	<b>245.073</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>392.601</b>	<b>74.323</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações do Valor Adicionado**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Em milhares de Reais)

	2020	2019
<b>1 - Receita</b>	<b>13.009.027</b>	<b>12.878.582</b>
1.1 Receita de venda de energia e serviços	12.093.840	12.081.637
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	994.869	873.042
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(79.683)	(76.097)
<b>2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(6.864.314)</b>	<b>(6.702.920)</b>
2.1 Custo com energia elétrica	(5.323.359)	(5.287.128)
2.2 Material	(538.899)	(512.151)
2.3 Serviços de terceiros	(722.984)	(636.997)
2.4 Outros	(279.072)	(266.645)
<b>3 - Valor adicionado bruto (1+2)</b>	<b>6.144.713</b>	<b>6.175.662</b>
<b>4 - Retenções</b>	<b>(392.039)</b>	<b>(365.847)</b>
4.1 Amortização	(339.939)	(313.748)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(52.099)	(52.099)
<b>5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)</b>	<b>5.752.674</b>	<b>5.809.814</b>
<b>6 - Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>233.105</b>	<b>191.017</b>
6.1 Receitas financeiras	233.105	191.017
<b>7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)</b>	<b>5.985.779</b>	<b>6.000.831</b>
<b>8 - Distribuição do valor adicionado</b>		
<b>8.1 Pessoal e encargos</b>	<b>331.490</b>	<b>321.572</b>
8.1.1 Remuneração direta	187.138	188.449
8.1.2 Benefícios	131.765	120.649
8.1.3 F.G.T.S	12.586	12.474
<b>8.2 Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>4.613.623</b>	<b>4.730.771</b>
8.2.1 Federais	1.884.358	2.019.847
8.2.2 Estaduais	2.727.915	2.709.431
8.2.3 Municipais	1.351	1.493
<b>8.3 Remuneração de capital de terceiros</b>	<b>353.056</b>	<b>324.491</b>
8.3.1 Juros	320.255	299.154
8.3.2 Aluguéis	32.801	25.337
<b>8.4 Remuneração de capital próprio</b>	<b>687.610</b>	<b>623.996</b>
8.4.1 Dividendos (incluindo adicional proposto)	163.307	592.796
8.4.2 Lucros retidos	524.303	31.200
<b>5.985.779</b>	<b>6.000.831</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("RGE" ou "Companhia"), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora. A sede da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil. A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 6 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período. A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios no Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3 milhões de consumidores. **1.1 Capital Circulante Líquido Negativo:** Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 192.986. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e, sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido. **1.2 Impactos da Covid-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (Covid-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas demonstrações financeiras. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar a potencial recessão econômica que estas medidas de mitigação da propagação da Covid-19 possam provocar. No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde. A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir: • Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde; • Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto ao novo cenário, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações; • Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez; • Monitoramento das variações de índices de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures; • Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas; • Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia; • Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios; • Monitoramento da inadimplência, especialmente sob a luz da suspensão inicial por 90 dias, contados a partir de 25 de março de 2020, e da sua prorrogação até 31 de julho de 2020, dos cortes por inadimplência para determinados consumidores (residenciais e serviços considerados essenciais, conforme regra específica estabelecida pela ANEEL), assim como os efeitos da retomada da política de cortes após 01 de agosto de 2020. Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período: • Isenção aos consumidores de baixa renda com consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) do pagamento da conta de energia elétrica, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020; • Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de Covid-19, como expressão contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020; • Criação da Conta Covid por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020. A Conta Covid destina-se a receber recursos para cobrir déficits ou antecipar receitas, total ou parcialmente, às concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica, referentes: i) aos efeitos da sobrecontratação de abril a dezembro de 2020; ii) à constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA entre a data de homologação do último processo tarifário e dezembro de 2020; iii) à neutralidade dos encargos setoriais de abril a dezembro de 2020; iv) à postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data, enquanto perdurarem os efeitos da postergação; v) saldo da CVA reconhecido e diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário, que não tenham sido totalmente amortizados; e vi) antecipação do ativo regulatório relativo à "Parcela B". A disponibilidade de tais recursos (exceto para o item "iv" apresentado acima) é limitada aos efeitos da pandemia estimados pela ANEEL para cada distribuidora, sendo: i) redução de faturamento e de arrecadação, até dezembro de 2020, decorrentes dos efeitos do estado de calamidade pública; e ii) valores estimados de diferimentos e parcelamentos de obrigações vencidas e vincendas relativas ao faturamento da demanda contratada para unidades consumidoras do Grupo A. A CCEE controutra a operação de crédito para aportar recursos à Conta Covid e efetuoou o repasse às distribuidoras até janeiro de 2021, conforme a necessidade declarada por elas individualmente, limitada aos valores homologados pela ANEEL. O pagamento dos recursos provenientes da operação de crédito se dará por meio de encargo, denominado Covid, a ser homologado pela ANEEL e cobrado dos consumidores a partir dos processos tarifários de 2021 durante o tempo necessário para a quitação da referida operação. Em julho de 2020 a Companhia declarou sua necessidade por meio de protocolo digital juntamente com o Termo de Aceitação constante do Anexo I da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020, considerando os itens "i" a "iii" citados acima em valor máximo equivalente à soma das reduções de faturamento e de arrecadação decorrente dos efeitos da calamidade pública, até dezembro de 2020, estimados pela ANEEL e constantes do Anexo II da mesma Resolução. Até 31 de dezembro de 2020, os valores foram homologados pela ANEEL e os repasses referentes aos meses de julho, agosto, setembro, outubro e novembro foram efetuados pela CCEE, conforme o cronograma apresentado pela Companhia, no montante de R\$ 241.418, não restando mais recursos a serem recebidos da Conta Covid. Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos da Covid-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas no período, para o ano findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia concluiu que os principais efeitos nas suas demonstrações financeiras estão na Parcela A, na Parcela B e PDD (nota 32). O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que

tange à retração na atividade econômica, bem como da extensão do isolamento social por possíveis novas ondas de contágio e das medidas de flexibilização implantadas pelo governo. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas demonstrações financeiras. **Reequilíbrio Econômico Financeiro:** Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (Covid-19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreu impactos extraordinários e imediatos, tais como, queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência. Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ónus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão. O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição energia elétrica, não tendo sido concluído até o fechamento das presentes demonstrações financeiras. Em continuidade ao processo de estabelecimento da regulamentação do equilíbrio econômico-financeiro, a ANEEL decidiu por abrir 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 entre os dias 16/12/2020 e 01/02/2021. Adicionalmente, nesta mesma fase da consulta pública optou-se por colocar em discussão as regras para alocação dos custos dos empréstimos da Conta Covid e da sobrecontratação, reflexo do cenário de pandemia. A Companhia aguarda o desfecho da regulamentação para avaliar as medidas a serem tomadas.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia. As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cplf.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador. A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 15 de março de 2021. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 32 de Instrumentos Financeiros. **2.3 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva. As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuem um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são: • Nota 7 - Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição ("TUSD") não faturados); • Nota 9 - Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens); • Nota 10 - Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos em função de disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados); • Nota 11 - Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos, nota 32); • Nota 12 - Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada); • Nota 13 - Ativo contratual (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 14 - Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis); • Nota 16 - Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 17 - Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo); • Nota 18 - Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos); • Nota 21 - Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo. A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas. **3.2 Contratos de concessão:** O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulem quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão. Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão. O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria valor justo por meio do resultado e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 25). O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflete o benefício econômico esperado até o término da concessão. A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contrapõe a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica. Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes. **3.3 Instrumentos financeiros: - Ativos financeiros:** Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.
Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em Outros Resultados Abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 32). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. Avaliação do modelo de negócio: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se: • a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros. Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). - **Passivos financeiros:** Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem: i. Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes. ii. Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros. Para as dívidas

contratadas a partir do primeiro trimestre de 2020, devido à características na época das contratações, a Companhia reconheceu os ganhos ou as perdas decorrentes dos empréstimos em moeda estrangeira mensurados a valor justo no resultado (nota 16). Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 32. - **Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. **3.4 Intangível e Ativo contratual:** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem. O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflete o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2. Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 03 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa ("REN") nº 691 de 08 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica. A partir de 1º de janeiro de 2018, os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47. **3.5 Redução ao valor recuperável ("impairment") - Ativos financeiros:** A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis tanto no nível individualizado, como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato. A Companhia mensura a provisão para perda utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos. A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com a CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais; • reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou, • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. As perdas por *impairment* relacionadas a consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício. - **Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros com vida útil indefinida como o ágio, são testados anualmente para a verificação se seus valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso. Os ativos (ex: ágio, intangível de concessão) são segregados e agrupados nos menores níveis existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa - "UGC"). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Exceto pelo ágio, em que a perda não pode ser revertida no período subsequente, caso exista, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*. **3.6 Provisões:** As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo. **3.7 Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada Patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características: i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados. ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado. Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano. **3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio:** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras. Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data-base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral. Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração. **3.9 Reconhecimento de receita:** A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho. Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua

a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmento o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como "Não Faturado". Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes. As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo: (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho; (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado; (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia. **3.10 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório anual e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. **3.11 Resultado por ação:** O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício. **3.12 Subvenção governamental - CDE:** As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referentes aos valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares - nota 25.3). As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07. As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna receável. **3.13 Ativo e passivo financeiro setorial:** Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com cada concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciais), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciais). A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição. A receita da Companhia é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita: • Parcela A (custos não gerenciais): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificável como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e • Parcela B (custos gerenciais): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte. Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos. **3.14 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Novas normas e emendas às normas e interpretações dos CPCs foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: • Alterações de aluguel relacionadas à Covid-19 (alterações ao CPC 06); e • Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC 26). Com base em avaliação preliminar, a Administração acredita que a aplicação dessas alterações não terá um efeito relevante sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

**4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO**

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória. - **Intangível e ativo contratual:** O valor justo dos itens do ativo intangível e do ativo contratual é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado. - **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 32) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora. O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação. Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

**5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2020	31/12/2019
Saldos bancários	73.273	73.932
Aplicações financeiras	319.328	391
Títulos de crédito privado (a)	82.086	391
Operações compromissadas em debêntures (b)	237.242	—
<b>Total</b>	<b>392.601</b>	<b>74.323</b>

(a) Corresponde a operações de curto prazo em CDBs no montante de R\$ 82.086 (R\$ 34 em 31 de dezembro de 2019), (i) letras de arrendamento mercantil no montante de R\$ 357 em 31 de dezembro de 2019, realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 98,61% do CDI (100,1% do CDI e m 31 de dezembro de 2019). b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 79,46% do CDI, possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicação direta	757.705	—
<b>Total</b>	<b>757.705</b>	<b>—</b>

Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira do Tesouro ("LFT") e títulos de capitalização, cuja remuneração é equivalente, à média de 100% da SELIC.

7. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	Vencidos			Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	> 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>					
Classes de consumidores					
Residencial	367.051	153.255	17.244	537.550	490.319
Industrial	19.867	13.098	18.944	51.909	100.360
Comercial	86.405	23.862	15.472	125.739	161.200
Rural	55.238	14.593	9.993	79.825	91.471
Poder público	16.622	2.177	7.697	26.495	41.571
Iluminação pública	20.836	183	1.004	22.023	21.635
Serviço público	14.817	330	2	15.149	28.403
<b>Faturado</b>	<b>580.836</b>	<b>207.498</b>	<b>70.357</b>	<b>858.690</b>	<b>934.959</b>
Não faturado	495.286	—	—	495.286	392.699
Parcelamento de débito de consumidores	76.557	13.769	11.660	101.986	59.511
Operações realizadas na CCEE	—	—	—	—	5.972
Concessionárias e permissionárias	29.800	—	—	29.800	24.688
Outros	2.125	—	—	2.125	407
<b>Total</b>	<b>1.184.604</b>	<b>221.267</b>	<b>82.017</b>	<b>1.487.887</b>	<b>1.418.236</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(81.897)	(78.461)
<b>Total</b>				<b>1.405.990</b>	<b>1.339.776</b>
<b>Não circulante</b>					
Precatórios	55.338	—	—	55.338	64.227
Parcelamento de débito de consumidores	53.539	—	—	53.539	62.924
<b>Total</b>	<b>108.877</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>108.877</b>	<b>127.151</b>

**Parcelamento de débitos de consumidores** - Refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia. **Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD")**: A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 32 (e). A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
Saldo em 31/12/2019	—	—
Receita operacional (nota 25)	—	—
Resultado financeiro (nota 28)	—	—
Atualização monetária	—	—
Recebimento Conta Covid (226.334)	—	—
Saldo em 31/12/2020	—	—

9. ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2019			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)		Saldo em 31/12/2020		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária	Recebimento Conta Covid	Diferido	Homologado	Total
<b>Parcela "A"</b>	<b>197.242</b>	<b>222.787</b>	<b>420.029</b>	<b>337.589</b>	<b>(221.972)</b>	<b>4.341</b>	<b>(226.334)</b>	<b>288.048</b>	<b>25.605</b>	<b>313.654</b>
CVA (*)	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
CDE (**)	7.837	57.727	65.564	54.941	(92.366)	2.190	(3.126)	(7.822)	35.024	27.202
Custos energia elétrica	(62.948)	130.676	67.728	(454.107)	38.705	(6.089)	147.645	(51.031)	(155.087)	(206.119)
ESS e EER (***)	(76.102)	(117.332)	(193.434)	(51.860)	205.875	(4.665)	8.488	67.438	(103.034)	(35.596)
Proinfra	—	5.838	5.838	(13.673)	1.200	(254)	(3.142)	(3.154)	(6.877)	(10.031)
Rede básica	46.823	(2.830)	43.993	151.099	(34.995)	1.792	(41.338)	84.155	36.397	120.551
Repasse de Itaipu	258.247	211.852	470.099	509.889	(380.462)	11.534	(193.669)	221.545	195.847	417.392
Transporte de Itaipu	9.303	7.833	17.136	21.096	(13.939)	405	(2.132)	15.527	7.040	22.567
Neutralidade dos encargos setoriais	24.232	(13.380)	10.852	11.989	10.374	(337)	(48.763)	(18.772)	2.886	(15.885)
Sobrecontratação	(10.150)	(57.598)	(67.747)	108.216	43.635	(234)	(90.298)	(19.838)	13.410	(6.428)
<b>Outros componentes financeiros</b>	<b>(85.126)</b>	<b>5.878</b>	<b>(79.247)</b>	<b>(28.865)</b>	<b>(7.759)</b>	<b>(3.022)</b>	<b>(15.083)</b>	<b>(135.783)</b>	<b>1.806</b>	<b>(133.977)</b>
<b>Total</b>	<b>112.116</b>	<b>228.664</b>	<b>340.782</b>	<b>308.724</b>	<b>(229.730)</b>	<b>1.319</b>	<b>(241.418)</b>	<b>152.266</b>	<b>27.411</b>	<b>179.677</b>
Ativo circulante			341.901							188.331
Passivo não circulante			(1.119)							(8.654)

(\*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A". (\*\*) Conta de desenvolvimento energético. (\*\*\*) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER").

**Recebimento Conta COVID**: A Companhia recebeu da conta Covid o montante de R\$ 241.418 correspondente ao valor líquido entre ativos e passivos financeiros setoriais, relativos às competências de abril a outubro de 2020. Esse recebimento representa o montante declarado e homologado pela ANEEL. **CVA**: Refere-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Neutralidade dos encargos setoriais**: Refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras. **Sobrecontratação**: As distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes. **Outros componentes financeiros**: Refere-se principalmente à: (i) ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, que será amortizado quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica; (ii) postergação do processo tarifário até 30 de Junho de 2020 em decorrência das medidas de enfrentamento da Pandemia Covid-19 e (iii) garantias financeiras nas contratações de energia. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

10. CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 Composição dos créditos fiscais:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Crédito (Débito) de contribuição social</b>		
Bases negativas	92.836	75.955
Benefício fiscal do intangível incorporado	41.629	43.746
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(95.979)	(14.909)
<b>Subtotal</b>	<b>38.486</b>	<b>104.791</b>
<b>Crédito (Débito) de imposto de renda</b>		
Prejuízos fiscais	259.286	210.492
Benefício fiscal do intangível incorporado	136.137	144.878
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(266.607)	(41.414)
<b>Subtotal</b>	<b>128.817</b>	<b>313.956</b>
<b>Total</b>	<b>167.303</b>	<b>418.747</b>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de bases negativas e prejuízo fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de resultados futuros. **10.2 Benefício fiscal do intangível incorporado**: Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPD 09 (R2) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) - Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. Nos exercícios de 2020 e 2019, a taxa anual de amortização aplicada foi de 4,11%.

10.3 Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2020		31/12/2019	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis</b>				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21.195	58.874	18.333	50.926
Entidade de previdência privada	(791)	(2.198)	—	—
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.364	26.011	9.071	25.196
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	4.897	13.604	8.090	22.471
Provisão relacionada a pessoal	1.465	4.071	1.573	4.371
Marcação a mercado - Derivativos	(6.318)	(17.550)	(4.420)	(12.278)
Marcação a mercado - Dívidas	3.074	8.538	4.896	13.600
Derivativos	(74.327)	(206.465)	(13.188)	(36.633)
Registro da concessão - ajuste do intangível	2.144	5.954	2.457	6.826
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(70.726)	(196.460)	(55.454)	(154.040)
Perdas atuariais	644	1.790	(127)	(354)
Outros	503	1.396	692	1.924
<b>Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado</b>				
Perdas atuariais	15.310	42.527	15.681	43.559
Marcação a mercado - Derivativos	421	1.169	(157)	(435)
Marcação a mercado - Dívidas	(3.146)	(8.739)	(2.670)	(7.417)
<b>Total</b>	<b>(95.979)</b>	<b>(266.607)</b>	<b>(14.909)</b>	<b>(41.414)</b>

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	3.367	3.112
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>3.367</b>	<b>3.112</b>
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	14.546	7.476
ICMS a compensar	64.368	62.311
Programa de integração social - PIS	280	582
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.293	2.688
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	8
Outros	48	48
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>80.543</b>	<b>73.114</b>
<b>Total circulante</b>	<b>83.911</b>	<b>76.226</b>
<b>Não circulante</b>		
Contribuição social a compensar - CSLL	125	125
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.440	2.440
<b>Imposto de renda e contribuição social a compensar</b>	<b>2.565</b>	<b>2.565</b>
ICMS a compensar	86.436	83.531
Programa de integração social - PIS	812	801
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.738	3.688
Outros	671	671
<b>Outros tributos a compensar</b>	<b>91.657</b>	<b>88.691</b>
<b>Total não circulante</b>	<b>94.222</b>	<b>91.257</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela COVID-19, estão descritos na nota 32 (e).

11. ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Saldo em 31/12/2018</b>	<b>(72.210)</b>	<b>(17.010)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(102.634)	(12)
Recuperação de receita	26.548	—
Baixa de contas a receber provisionadas	69.835	—
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(78.461)</b>	<b>(17.022)</b>
Provisão revertida (constituída) líquida	(129.188)	114
Recuperação de receita	49.391	—
Baixa de contas a receber provisionadas	76.360	—
<b>Saldo em 31/12/2020</b>	<b>(81.897)</b>	<b>(16.908)</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela COVID-19, estão descritos na nota 32 (e).

12. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos - fornecedores	505	33	—	—
Cauções, fundos e depósitos vinculados	54	68	70	461
Ordens em curso	97.651	54.133	—	—
Serviços prestados a terceiros	7.494	7.398	—	—
Despesas antecipadas	21.130	14.988	5.877	212
Contas a receber - CDE	61.302	43.459	—	—
Adiantamentos a funcionários	6.165	5.607	—	—
Arrendamentos e aluguéis	12.078	10.304	—	—
Outros	30.925	23.623	—	—
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(16.908)	(17.022)	—	—
<b>Total</b>	<b>220.396</b>	<b>142.591</b>	<b>5.947</b>	<b>672</b>

**Ordens em curso** - Compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética ("PEE") e Pesquisa e Desenvolvimento ("P&D"). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 22). **Despesas antecipadas** - Refere-se a antecipação de despesas com licença software, IPTU, PROINFA e quota CDE. **Contas a receber - CDE** - Refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 9.260 (R\$ 5.407 em 31 de dezembro de 2019); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 52.042 (R\$ 38.052 em 31 de dezembro de 2019) (nota 25.3).

**Expectativa de recuperação**: A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de bases negativas, prejuízos fiscais, diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

	2020	2019
CSLL	952.297	883.634
IRPJ	952.297	883.634
CSLL	883.634	883.634
IRPJ	883.634	883.634

**10.5 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2020 e 2019:**

	2020	2019
CSLL	952.297	883.634
IRPJ	952.297	883.634
CSLL	883.634	883.634
IRPJ	883.634	883.634

**Lucro antes dos tributos**

	2020	2019
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva:</b>		
Amortização de intangível adquirido	—	44
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(10.881)	(10.881)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	44.506	44.506
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	4.308	4.248
<b>Base de cálculo</b>	<b>990.230</b>	<b>990.213</b>
Alíquota aplicável	9%	25%
<b>Débito fiscal apurado</b>	<b>(89.121)</b>	<b>(247.553)</b>
Crédito fiscal reconhecido (não reconhecido), líquido	19.055	52.932
Provisão para riscos fiscais	—	—</

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Captação	Amortização principal	Encargos		Saldo em 31/12/2020	Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia	
				atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial								
<b>Mensuradas ao custo</b>													
<b>Moeda nacional</b>													
Pré Fixado	57.451	-	(57.357)	1.204	-	(1.298)	FINEM	SELIC + 2,62% a 2,66%	(b)	-	34.696	2016 a 2020	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis
Pós Fixado	-	-	-	-	-	-	CDI	Empréstimos bancários	CDI - 1,25%	-	2.021	2020	Fiança da CPFL Energia
TJLP	38.075	-	(36.506)	1.402	-	(1.519)	Outros	Outros	RGR (6%)	-	6.580	2010 a 2020	Recebíveis, notas promissórias e fiança bancária
IPCA	701.300	527.000	(73.073)	84.651	-	(43.573)	<b>Total moeda nacional</b>						
SELIC	34.696	-	(35.257)	1.049	-	(488)	<b>Gastos com captação (*)</b>						
CDI	2.021	-	(2.047)	26	-	-	<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
Outros	6.580	-	(6.580)	153	-	(153)	<b>Moeda estrangeira</b>						
<b>Total ao custo</b>	<b>840.122</b>	<b>527.000</b>	<b>(210.820)</b>	<b>88.485</b>	<b>-</b>	<b>(47.032)</b>	<b>Dólar</b>						
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(15.652)</b>	<b>(7.451)</b>	<b>-</b>	<b>2.746</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Emprestimos bancários</b>						
<b>Mensuradas ao valor justo</b>													
<b>Moeda estrangeira</b>													
Dólar	1.165.647	928.777	(144.356)	70.248	516.611	(62.908)	2.474.018	US\$ + Libor 3 meses +	(b)	282.980	161.689	2019 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro	455.023	-	-	4.906	189.112	(4.798)	644.243	0,87% a 0,95%	-	-	-	-	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado	(138)	-	-	(20.284)	-	-	(20.422)	Emprestimos bancários	(Lei 4.131)	-	-	-	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.620.532</b>	<b>928.777</b>	<b>(144.356)</b>	<b>54.870</b>	<b>705.723</b>	<b>(67.706)</b>	<b>3.097.839</b>	US\$ + de 1,84% a 3,65%	-	2.191.038	1.003.958	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Total</b>	<b>2.445.002</b>	<b>1.448.325</b>	<b>(355.176)</b>	<b>146.101</b>	<b>705.723</b>	<b>(114.738)</b>	<b>4.275.237</b>	Euro + de 0,79 a 0,80%	-	644.243	455.023	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
<b>Circulante</b>	<b>242.854</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.803.770</b>	<b>Total</b>					
<b>Não circulante</b>	<b>2.202.148</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.471.467</b>	<b>Moeda estrangeira</b>					

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos		Saldo em 31/12/2019	Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia	
				atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial								
<b>Mensuradas ao custo</b>													
<b>Moeda nacional</b>													
Pré Fixado	80.559	-	(23.077)	2.809	-	(2.840)	FINEM	Pré fixado de 2,5% a 6%	-	56.337	2013 a 2020	Fiança da SGBP, CPFL Energia e recebíveis	
Pós Fixado	-	-	-	-	-	-	FINEP	Pré fixado 5%	(a)	944	2013 a 2020	Fiança Bancária	
TJLP	81.922	-	(43.937)	5.072	-	(4.982)	FINAME	Pré fixado 10%	-	170	2012 a 2020	Fiança da CPFL Energia, bens vinculados em alienação fiduciária	
IPCA	530.078	154.000	-	43.960	-	(26.737)	<b>Total</b>						
SELIC	47.273	-	(14.985)	3.495	-	(1.087)	<b>Moeda estrangeira</b>						
CDI	5.752	-	(3.975)	244	-	-	<b>Dólar</b>						
Outros	31.722	-	(25.142)	640	-	(640)	<b>Emprestimos bancários</b>						
<b>Total ao custo</b>	<b>777.308</b>	<b>154.000</b>	<b>(111.116)</b>	<b>56.219</b>	<b>-</b>	<b>(36.286)</b>	<b>Dólar</b>						
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(14.690)</b>	<b>(2.890)</b>	<b>-</b>	<b>1.928</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>Emprestimos bancários</b>						
<b>Mensuradas ao valor justo</b>													
<b>Moeda estrangeira</b>													
Dólar	1.220.416	-	(109.389)	43.067	50.851	(39.297)	1.165.647	US\$ + de 1,84% a 3,65%	-	2.191.038	1.003.958	2021 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Euro	447.301	-	-	3.628	7.713	(3.621)	455.023	Euro + de 0,79 a 0,80%	-	644.243	455.023	2021 a 2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado	(29.296)	-	-	29.158	-	-	(138)	<b>Total</b>					
<b>Total ao valor justo</b>	<b>1.638.420</b>	<b>-</b>	<b>(109.389)</b>	<b>75.853</b>	<b>58.564</b>	<b>(42.918)</b>	<b>1.620.532</b>	<b>Moeda estrangeira</b>					
<b>Total</b>	<b>2.401.039</b>	<b>151.110</b>	<b>(220.505)</b>	<b>134.000</b>	<b>58.564</b>	<b>(79.204)</b>	<b>2.445.002</b>	<b>Dólar</b>					
<b>Circulante</b>	<b>208.478</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>242.854</b>	<b>Emprestimos bancários</b>					
<b>Não circulante</b>	<b>2.192.561</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2.202.148</b>	<b>Total</b>					

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia	Ano de vencimento
2023	437.760					
2024	453.884					
2025	582.103					
2026	128.439					
2027	482.574					
<b>Subtotal</b>	<b>2.495.393</b>					
Marcação a mercado	(23.925)					
<b>Total</b>	<b>2.471.467</b>					

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia	Ano de vencimento
2023	437.760					
2024	453.884					
2025	582.103					
2026	128.439					
2027	482.574					
<b>Subtotal</b>	<b>2.495.393</b>					
Marcação a mercado	(23.925)					
<b>Total</b>	<b>2.471.467</b>					

(\*) Conforme CPC 48) referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

Os empréstimos bancários em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

**Taxa efetiva a.a.:**

(a) De 30% a 70% do CDI (b) De 60% a 110% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 20.422 (R\$ 138 em 31 de dezembro de 2019), que somados aos ganhos não realizados obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 20.500 (R\$ 13.684 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação cambial (nota 32), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 40.922 (R\$ 13.822 em 31 de dezembro de 2019). Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia	Variação acumulada %	
						2020	2019
TJLP	4,87	6,30	0,03	1,56			
IPCA	4,52	4,20	27,51	28,68			
CDI	2,78	5,97	72,46	66,36			
Outros	-	-	-	3,40			
<b>Total</b>			100,00	100,00			

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Adições no exercício:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia	Ano de vencimento	Taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativos
2023	437.760							
2024	453.884							
2025	582.103							
2026	128.439							
2027	482.574							
<b>Subtotal</b>	<b>2.495.393</b>							
Marcação a mercado	(23.925)							
<b>Total</b>	<b>2.471.467</b>							

**Pré-pagamento:** Em 2020, foram liquidados antecipadamente R\$ 101.893 de empréstimos cujos vencimentos originais eram até março de 2024. **Condições restritivas:** Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A.. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (cross default), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento. As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2020. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual 3,75; e • Dívida líquida dividida pela (Dívida líquida + PL) menor ou igual 0,9 vezes. **Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.:** • Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual 3,75; e • EBITDA dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25. A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A. para fins de apuração de covenants leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos). A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração da Companhia, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2020. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

17. DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2019	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2020	Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia
2023	443.525									
2024	563.611									
2025	119.301									
<b>Subtotal</b>	<b>1.248.606</b>									
Marcação a mercado	19.622									
<b>Total</b>	<b>1.268.228</b>									

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2020	31/12/2019	Faixa de vencimento	Garantia	Ano de vencimento
2023	443.525					
2024	563.611					
2025	119.301					
<b>Subtotal</b>	<b>1.248.606</b>					
Marcação a mercado	19.622					
<b>Total</b>	<b>1.268.228</b>					

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 32.

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de captação diretamente atribuíveis a emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

**Taxa efetiva a.a.:**

(a) 107,84% do CDI

(b) IPCA + 4,84% a 5,30%

Conforme segregado no quadro acima, a Companhia, em consonância com o CPC 48, classificou suas debêntures como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado. A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil. As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes. Em 31 de dezembro de 2020 as perdas acumuladas não realizadas obtidas na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 13.258 (R\$ 24.873 em 31 de dezembro de 2019), que foram absorvidas pelos ganhos obtidos com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 38.659 (R\$ 37.171 em 31 de dezembro de 2019), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 32), geraram um ganho total líquido de R\$ 25.401 (R\$ 12.298 em 31 de dezembro de 2019). O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Modalidade	Saldo em 31/12/2018	Captação	Amortização principal	Encargos		Saldo em 31/12/2019
				atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	
<b>Mensuradas ao custo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
CDI	1.091.040	740.000	(824.495)	64.170	(72.173)	998.542
IPCA	140.518	-	-	12.706	(7.323)	145.901
<b>Total ao custo</b>	<b>1.231.558</b>	<b>740.000</b>	<b>(824.495)</b>	<b>76.876</b>	<b>(79.496)</b>	<b>1.144.443</b>
<b>Gastos com captação (*)</b>	<b>(8.458)</b>	<b>(794)</b>	<b>-</b>	<b>2.186</b>	<b>-</b>	<b>(7.066)</b>
<b>Mensuradas ao valor justo</b>						
<b>Pós fixado</b>						
IPCA	225.076	-	-	21.378	(11.916)	234.538
Marcação a mercado	3.889	-	-	20.984	-	24.873
<b>Total ao valor justo</b>	<b>228.965</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>42.362</b>	<b>(11.916)</b>	<b>259.411</b>
<b>Total</b>	<b>1.452.065</b>	<b>739.206</b>	<b>(824.495)</b>	<b>121.424</b>	<b>(91.412)</b>	<b>1.396.788</b>
<b>Circulante</b>	<b>51.148</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.393</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.400.917</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.380.395</b>

(\*) Conforme CPC 48, referem-se aos custos de emissão diretamente atribuíveis à emissão das respectivas dívidas, mensuradas ao custo.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

**18. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA**

Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada, que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A.), sendo conforme abaixo: **18.1 Características: “Plano 1” (Plano Único da incorporada):** Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997. Este plano estava registrado na extinta Rio Grande Energia S.A., até o agrupamento das distribuidoras aprovado em 31 de dezembro de 2018, conforme mencionado na nota 1; e **“Plano 2” (Plano Único da incorporadora):** Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é partitória à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação Família Previdência. Para os colaboradores contratados após o fechamento dos planos da Fundação Família Previdência, foram implantados planos de previdência privada na modalidade de “contribuição definida”, sendo Bradesco Vida e Previdência para colaboradores contratados entre 1997 e 2018 pela extinta Rio Grande Energia S.A., e Itauprev para os colaboradores contratados pela companhia a partir de 2011, bem como para novos colaboradores a serem contratados após o evento de agrupamento das distribuidoras. Ao final do exercício de 2020 a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. A avaliação atuarial dos planos adotou o método da unidade de crédito projetado. O ativo líquido do plano de benefícios é avaliado pelo valor justo.

**18.2 Movimentações dos planos de benefício definido:**

	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	452.237	464.335
Valor justo dos ativos do plano	(463.399)	(466.390)
<b>Valor presente das obrigações (valor justo dos ativos) líquidos</b>	<b>(11.162)</b>	<b>(2.055)</b>
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo ( <i>asset ceiling</i> )	11.162	2.055
<b>Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço</b>	<b>-</b>	<b>177.506</b>

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos e passivos do plano são como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2018</b>	<b>382.993</b>	<b>553.493</b>
Custo do serviço corrente bruto	185	2.352
Juros sobre obrigação atuarial	34.342	48.796
Contribuições de participantes vertidas no exercício	620	1.136
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	73.759	113.836
Benefícios pagos no exercício	(27.564)	(38.250)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2019</b>	<b>464.335</b>	<b>681.363</b>
Custo do serviço corrente bruto	(24)	1.873
Juros sobre obrigação atuarial	34.289	50.135
Contribuições de participantes vertidas no exercício	1.423	1.263
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(18.607)	(24.665)
Benefícios pagos no exercício	(29.179)	(39.639)
<b>Valor presente das obrigações atuariais em 31/12/2020</b>	<b>452.237</b>	<b>670.330</b>
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2018</b>	<b>(413.044)</b>	<b>(463.571)</b>
Rendimento esperado no exercício	(37.500)	(40.947)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(620)	(1.136)
Contribuições de patrocinadoras	(7.748)	(6.949)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	(35.042)	(29.504)
Benefícios pagos no exercício	27.564	38.250
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2019</b>	<b>(466.390)</b>	<b>(503.857)</b>
Rendimento esperado no exercício	(34.598)	(37.129)
Contribuições de participantes vertidas no exercício	(1.423)	(1.263)
Contribuições de patrocinadoras	(7.853)	(6.948)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	17.686	15.682
Benefícios pagos no exercício	29.179	39.639
<b>Valor justo dos ativos dos planos em 31/12/2020</b>	<b>(463.399)</b>	<b>(493.876)</b>

**18.3 Movimentações dos passivos registrados:** As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo atuarial no início do exercício</b>	<b>-</b>	<b>89.922</b>
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	(295)	14.879
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(7.853)	(6.948)
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(18.607)	(24.665)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	17.686	15.638
Efeito no limite máximo de reconhecimento de ativo	9.069	-
<b>Passivo atuarial no fim do exercício</b>	<b>-</b>	<b>177.506</b>
Outras contribuições	-	35
<b>Total passivo</b>	<b>-</b>	<b>177.548</b>
Circulante	-	35
Não circulante	-	177.506

**18.4 Contribuições e benefícios esperados:** As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2021 são apresentadas no montante de R\$ 8.147 (plano 1) e R\$ 7.209 (plano 2). Os benefícios esperados a serem pagos pela Fundação Família Previdência nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

Ano de pagamento	Plano 1	Plano 2
2021	30.215	43.125
2022	31.469	44.776
2023	32.454	46.398
2024	33.376	48.024
2025 a 2030	219.284	317.599
Total	<b>346.798</b>	<b>499.922</b>

Em 31 de dezembro de 2020, a duração média da obrigação do benefício definido foi 10,6 anos (Plano 1) e 11 anos (Plano 2).

**18.5 Receitas e despesas com entidade de previdência privada:** Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as despesas e/ou receitas a serem reconhecidas no exercício de 2021 e as despesas e/ou receitas reconhecidas em 2020 e 2019, são como segue:

	2021 estimadas		2020 realizadas		2019 realizadas	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	(1.167)	1.142	(24)	1.873	185	2.352
Juros sobre obrigações atuariais	33.746	50.085	34.289	50.135	34.342	48.796
Rendimento esperado dos ativos do plano	(34.980)	(36.792)	(34.598)	(37.129)	(37.500)	(40.947)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	862	-	38	-	2.795	-
<b>Total da despesa (receita)</b>	<b>(1.539)</b>	<b>14.435</b>	<b>(295)</b>	<b>14.879</b>	<b>(178)</b>	<b>10.201</b>

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	Plano 1 e 2
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,48% a.a. (*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(\*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 4,96% em 2020 e de 5,15% em 2019.

**18.6 Ativos do plano:** As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, administrados pela Fundação Família Previdência. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2021, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2020.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	Plano 1		Plano 2	
	2020	2019	2020	2019
<b>Renda fixa</b>	<b>78%</b>	<b>76%</b>	<b>74%</b>	<b>74%</b>
Títulos públicos federais	63%	66%	60%	64%
Títulos privados (instituições financeiras)	10%	5%	7%	5%
Títulos privados (instituições não financeiras)	3%	2%	3%	3%
Fundos de investimento multimercado	4%	2%	6%	2%
<b>Renda variável</b>	<b>18%</b>	<b>21%</b>	<b>18%</b>	<b>21%</b>
Fundos de investimento em ações	18%	21%	18%	21%
<b>Investimentos estruturados</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>1%</b>	<b>1%</b>
Fundos imobiliários	0%	0%	1%	1%
<b>Cotados em mercado ativo</b>	<b>97%</b>	<b>96%</b>	<b>95%</b>	<b>96%</b>
<b>Imóveis</b>	<b>1%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>
<b>Operações com participantes</b>	<b>2%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>2%</b>
<b>Não cotados em mercado ativo</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>5%</b>	<b>4%</b>

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta 2021 - Fundação Família Previdência
	Plano 1
Renda fixa	76%
Renda variável	9%
Imóveis	2%
Empréstimos e financiamentos	2%
Investimentos estruturados	11%
	<b>100%</b>

A meta de alocação para 2021 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Fundação Família Previdência, efetuada ao final de 2020 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2021, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores. A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para a Fundação Família Previdência determinar a

alocação de recursos e, com isso atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability Management - ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração, além do risco histórico dos ativos, a projeção de rentabilidade dos mesmos e o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) dos planos previdenciários administrados pela Fundação. O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos (isto é, a alocação de médio e longo prazos), que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de portfólios eficientes. O exercício matemático considera as projeções de risco e retorno juntamente com as particularidades de cada plano, tal como a existência de passivos (seu fluxo e sua *duration*) e as necessidades de retorno, de sustentabilidade e de liquidez do plano. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nos diferentes segmentos nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos dos planos, o que também serve como mecanismo de controle de risco. O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial dos planos e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos. Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez dos mesmos, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis os ativos considerados líquidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício. **18.7 Análise de sensibilidade:** As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes. Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33. • Se a taxa de desconto nominal (\*) fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 12.112 no plano 1 e R\$ 18.711 no plano 2 (redução de R\$ 11.582 no plano 1 e R\$ 17.837 no plano 2). • Se a tábua biométrica de mortalidade (\*\*) fosse desagradada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria uma redução de R\$ 10.580 no plano 1 e R\$ 16.387 no plano 2 (aumento de R\$ 10.420 no plano 1 e R\$ 16.170 no plano 2). A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 7,72% a.a. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 7,47% a.a. e 7,97% a.a. As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade. **18.8 Risco de investimento:** Os planos de benefícios da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. Os planos de benefícios da Companhia têm sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, inclui representantes de empregados ativos e aposentados além de membros indicados pela Companhia. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação de recomendações de investimentos realizadas pelos gestores de investimentos da Fundação Família Previdência ou que ocorre ao menos trimestralmente. A Fundação Família Previdência utiliza ainda, o *Sharpe, Sharpe Generalizado e Drawn Down*. Adicionalmente, para avaliar a exposição a risco de mercado dos portfólios dos planos, são calculadas a Exposição Base Ano EBA e realizadas Simulações de Stress. O EBA consiste em uma métrica que expressa a exposição a risco do portfólio como proporção do patrimônio, considerando-se a soma das exposições geradas por cada ativo, a partir da definição de choques sobre os respectivos fatores de risco. A Política de Investimentos da Fundação Família Previdência determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelecem a estratégia dos planos, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

**19. TAXAS REGULAMENTARES**

	31/12/2020	31/12/2019
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	791	751
Conta de desenvolvimento energético - CDE	75	-
Bandeiras tarifárias e outros	22.792	58.336
<b>Total</b>	<b>23.658</b>	<b>59.087</b>

**Bandeiras tarifárias e outros** - O saldo de 31 de dezembro de 2020 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha patamar 2) faturada em dezembro de 2020 e ainda não homologada. O saldo de 31 de dezembro de 2019 refere-se basicamente a bandeira tarifária faturada em novembro (vermelha patamar 1) e dezembro de (amarela) 2019 que foram homologadas pela Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRB”) no primeiro trimestre de 2020.

**20. OUTROS IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	90	18.416
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	2.955	9.036
<b>Imposto de renda e contribuição social a recolher</b>	<b>3.045</b>	<b>27.452</b>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	93.360	80.498
Programa de integração social - PIS	11.001	9.715
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	50.889	44.929
PIS/COFINS parcelamento	-	9.323
Outros	12.736	12.539
<b>Outros impostos, taxas e contribuições a recolher</b>	<b>167.986</b>	<b>157.004</b>
<b>Total Circulante</b>	<b>171.031</b>	<b>184.456</b>
<b>Não circulante</b>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	3.148	-
<b>Total Não circulante</b>	<b>3.148</b>	<b>-</b>

**Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ:** no não circulante, refere-se a uma discussão de formação de saldo negativo, aonde as antecipações consideradas pela empresa não foram integralmente reconhecidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sendo mais provável que as Autoridades Fiscais não aceitem o procedimento adotado pela Companhia. A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

**21. PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
<b>Trabalhistas</b>	81.489	48.885	84.546	50.645
<b>Cíveis</b>	113.576	36.408	80.726	28.926
<b>Fiscais</b>	18.390	38.516	25.747	37.924
<b>Regulatórios</b>	17.994	-	12.656	-
<b>Outros</b>	369	-	369	-
<b>Total</b>	<b>231.817</b>	<b>123.808</b>	<b>204.044</b>	<b>117.494</b>

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2019	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Reclassificação (nota 20)	Saldo em 31/12/2020
Trabalhistas	84.546	24.157	(8.345)	(27.335)	8.466	-	81.489
Cíveis	80.726	56.243	(15.539)	(54.878)	47.024	-	113.576
Fiscais	25.747	195	(557)	(4.372)	525	(3.148)	18.390
Regulatórios	12.656	14.809	-	(9.656)	185	-	17.994
Outros	369	-	-	-	-	-	369
<b>Total</b>	<b>204.044</b>	<b>95.404</b>	<b>(24.442)</b>	<b>(96.241)</b>	<b>56.200</b>	<b>(3.148)</b>	<b>231.817</b>

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia. O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue: a. **Trabalhistas** - os processos trabalhistas movidos por ex-funcionários e terceirizados da Companhia requerem, em geral, o pagamento de horas extras, adicional de periculosidade, insalubridade e equiparação salarial. Baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Companhia registrou provisão nas categorias de sub-rogados da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, empregados próprios, terceirizados e ações de indenização; b. **Cíveis** - as causas cíveis correspondem a pedidos de indenização por corte de luz, danos em equipamentos causados pela rede elétrica, anulação de débitos cobrados com base em recuperação de consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outros; c. **Fiscais** - os processos fiscais são relativos a Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Imposto sobre Serviços de qualquer Natureza - ISSQN, SAT e ICMS, cujas discussões são mantidas na esfera administrativa e judicial; d. **Regulatórios** - os processos regulatórios estão relacionados a não conformidades na prestação do serviço de distribuição em 2018 e 2019 e a fiscalizações de compartilhamento de infraestrutura entre os setores de energia elétrica e de telecomunicações; e. **Outros** - referem-se a Autos de Infração da AGERGS - Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS. **Perdas possíveis:** A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas. As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estavam assim representadas:

	31/12/2020	31/12/2019	Principais causas
Trabalhistas	288.351	250.205	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	877.181	776.381	Danos pessoais e majoração tarifária
Fiscais	1.044.011	963.411	Imposto de renda e contribuição social (nota 20)
Fiscais - Outros	526.200	648.043	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	63.764	49.522	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
<b>Total</b>	<b>2.799.507</b>	<b>2.687.561</b>	

**Trabalhistas** - No tocante às contingências trabalhistas está em discussão os efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal que alterou o índice de correção monetária adotado pela Justiça do Trabalho. Atualmente, há decisão do STF, passível de recurso, que afastou definitivamente a aplicação da TR, índice anteriormente praticado pela Justiça do Trabalho, para aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após a citação, porém, não delimitou a temporalidade dessa aplicação para os casos sem índice definido, tampouco esclareceu a aplicação de juros, reativando os processos anteriormente suspensos. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia aguarda a publicação da decisão do STF e eventuais recursos para estimar com razoável segurança os montantes envolvidos na discussão. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Consumidores e concessionárias	70.947	35.050	63.209	51.332
Programa de eficiência energética - PEE	127.833	74.630	-	42.683
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	68.029	34.856	2.548	35.016
EPE/FNDCT/PROCEL (*)	11.115	15.905	-	-
Adiantamentos	9.072	945	4.118	210
Descontos tarifários - CDE	26.063	62.943	-	-
Folha de pagamento	2.860	2.626	-	-
Participação nos lucros	18.186	15.443	1.735	1.647
Convênios de arrecadação	31.776	29.605	-	-
Garantias	-	-	993	823
Outros	6.675	6.215	34.194	34.761
<b>Total</b>	<b>372.556</b>	<b>278.217</b>	<b>106.797</b>	<b>166.471</b>

(\*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

**Consumidores e concessionárias:** referem-se a contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos além de participações de consumidores no Programa de Universalização. O saldo no passivo não circulante de R\$ 63.209 (R\$ 51.332 em 31 de dezembro de 2019), refere-se à energia de curto prazo (CCEE) relacionada ao Despacho ANEEL nº 288 (nota 35). **Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente em cumprimento Medida Provisória nº 998/2020, a partir entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os Programas de P&D e Eficiência Energética, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modalidade tarifária. A ANEEL regulamentará a forma de recolhimento desses valores em 2021. **Adiantamentos:** Referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços e adiantamento relativo ao aluguel de postes. **Descontos tarifários - CDE:** Refere-se à diferença entre o desconto tarifário concedido aos consumidores e os valores recebidos via CDE. **Participação nos lucros:** Em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. **Convênios de arrecadação -** Referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no Patrimônio da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
<b>Total</b>	<b>1.125.427</b>	<b>100,00</b>

**23.1 Gestão do capital:** A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador. A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA. Ao longo de 2020, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 3,29 vezes o EBITDA em 2020 (2,63 vezes em 2019), no critério de medição dos *covenants* financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 3,75, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição. **23.2 Capital social:** Através da Assembleia Geral Extraordinária de 06 de abril de 2020, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 10.857, referente à emissão de ações pelo benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2019 sem emissão de novas ações. **23.3 Dividendo e Juros sobre capital próprio ("JCP"):** Na Assembleia Geral Extraordinária de 06 de abril de 2020 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2019, através de (i) declaração de dividendo adicional proposto no montante de R\$ 424.296 e (ii) dividendos intercalares de R\$ 168.500 declarado em agosto de 2019 e imputado ao dividendo mínimo obrigatório. Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2020: • Dividendo intermediário no montante de R\$ 508.724 utilizando-se do saldo total da Reserva de Retenção de Lucros para Investimentos (R\$ 46.890), Reserva Estatutária de Reforço de Capital de Giro (R\$ 450.355) e Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos (R\$ 11.479) aprovado em AGE de 20 de novembro de 2020; • Dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei 6.404/76 no montante de R\$ 163.307, sendo atribuído para cada ação ordinária o valor de R\$ 145,106701723. No exercício de 2020, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 933.021 de dividendos. **23.4 Reserva de capital:** Refere-se benefício fiscal do Intangível Incorporado, oriundo das incorporações da CPFL Jaguaruina e da Rio Grande Energia de R\$ 184.819. **23.5 Reserva de lucros:** O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 675.872, que compreende: i) Reserva legal de R\$ 185.950; e ii) Reserva estatutária de reforço de capital de giro R\$ 489.922. **23.6 Resultado abrangente acumulado:** É composto por: • entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 160.721 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 33 (R2); • efeitos do risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros com saldo credor de R\$ 19.982 (líquido de imposto de renda e contribuição social), de acordo com o CPC 48; **23.7 Destinação do lucro líquido do exercício:** O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2020	2019
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>687.610</b>	<b>687.610</b>
Reserva legal	(34.381)	(34.381)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(489.922)	(489.922)
Dividendo mínimo obrigatório	(163.307)	(163.307)

Para este exercício, considerando o atual cenário macroeconômico e as incertezas quanto à hidrologia, a Administração da Companhia está propondo a destinação de R\$ 489.922 à reserva estatutária - reforço de capital de giro.

24. LUCRO POR AÇÃO

**Lucro por ação - básico:** O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2020	2019
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	687.610	623.996
<b>Denominador</b>		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427
<b>Lucro líquido básico por ações ordinárias - R\$</b>	<b>610,98</b>	<b>554,45</b>

Nos exercícios de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro por ação

25. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
<b>Receita de operações com energia elétrica</b>						
<b>Classe de consumidores</b>						
Residencial	2.504.771	2.447.937	5.817	5.605	5.054.865	4.824.356
Industrial	19.715	20.028	1.400	1.844	1.007.286	1.237.551
Comercial	174.478	178.340	1.879	2.227	1.668.518	1.889.794
Rural	249.383	249.778	1.627	1.548	808.076	730.256
Poderes públicos	22.009	21.252	300	370	257.133	303.228
Iluminação pública	513	450	570	578	244.754	246.076
Serviço público	3.599	3.532	434	472	312.451	323.632
<b>Fornecimento faturado</b>	<b>2.974.468</b>	<b>2.921.317</b>	<b>12.027</b>	<b>12.644</b>	<b>9.353.083</b>	<b>9.554.893</b>
Consumo próprio	225	227	6	7	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	85.062	9.832
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(4.792.068)	(4.499.988)
<b>Fornecimento de energia elétrica</b>	<b>2.974.693</b>	<b>2.921.544</b>	<b>12.033</b>	<b>12.651</b>	<b>4.646.077</b>	<b>5.064.737</b>
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas	-	-	1.857	1.922	516.015	561.809
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(84.202)	(99.292)
Energia elétrica de curto prazo	-	-	749	950	63.698	212.852
<b>Suprimento de energia elétrica</b>	<b>2.606</b>	<b>2.872</b>	<b>495.511</b>	<b>675.369</b>	<b>4.951.270</b>	<b>4.599.280</b>
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo	-	-	-	-	1.086.836	917.954
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre	-	-	-	-	(48.800)	(54.234)
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos	-	-	-	-	994.869	873.042
Receita de construção da infraestrutura de concessão	-	-	-	-	78.993	(98.774)
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)	-	-	-	-	169.682	102.529
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)	-	-	-	-	677.845	755.858
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares	-	-	-	-	111.426	118.917
Outras receitas e rendas	-	-	-	-	7.947.121	7.214.572
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>7.947.121</b>	<b>7.214.572</b>	<b>13.088.709</b>	<b>12.954.679</b>	<b>13.088.709</b>	<b>12.954.679</b>
<b>Total da receita operacional bruta</b>	<b>13.088.709</b>	<b>12.954.679</b>				
<b>Deduções da receita operacional</b>						
ICMS	-	-	(2.725.610)	(2.707.461)		
PIS	-	-	(196.304)	(198.017)		
COFINS	-	-	(904.188)	(912.076)		
ISS	-	-	(307)	(336)		
Conta de desenvolvimento energético - CDE	-	-	(953.809)	(1.014.486)		
Programa de P & D e eficiência energética	-	-	(71.063)	(70.964)		
PROINFA	-	-	(37.610)	(40.020)		
Bandeiras tarifárias e outros	-	-	32.722	(21.564)		
Outros	-	-	(10.461)	(9.614)		
	-	-	<b>(4.866.629)</b>	<b>(4.974.537)</b>		
<b>Receita operacional líquida</b>			<b>8.222.080</b>	<b>7.980.142</b>		

**25.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos:** No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de janeiro de 2018, essa obrigação especial passou a ser amortizada, e os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser apropriados em ativos e passivos financeiros setoriais e somente serão amortizados quando da homologação do 5º ciclo de revisão tarifária periódica, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET. Em 07 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como

obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. A Companhia está aguardando o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) passivos financeiros setoriais e (ii) obrigações especiais as quais estão sendo amortizadas e apresentadas líquido no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25. **25.2 Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Periódica ("RTP"):** Em 17 de junho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.697/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 15,74%, sendo 10,06% referentes ao reajuste tarifário econômico e 5,67% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total percebido pelos consumidores foi de 6,09%. Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (Covid-19), foi mantida nesse ínterim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH nº 2.557/2019. Em 11 de junho de 2019, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.557, relativo ao Reajuste Tarifário Anual ("RTA") que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia e da empresa incorporada a partir de 19 de junho de 2019, em 10,05%, sendo 0,05% referentes ao reajuste tarifário econômico e 10,00% relativos aos componentes financeiros pertinentes. O efeito médio total percebido pelos consumidores da Companhia é de 1,72% e pelos consumidores da empresa incorporada é de 8,63%. **25.3 Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares:** A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013 determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2020, foi registrada receita de R\$ 677.845 (R\$ 755.858 em 2019), sendo (i) R\$ 67.491 (R\$ 29.063 em 2019) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 569.295 (R\$ 592.371 em 2019) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 231 (R\$ 259 em 2019) de desconto tarifário - liminares e (iv) R\$ 40.828 (R\$ 134.165 em 2019) de subvenção CCRBT. **25.4 Conta de desenvolvimento energético ("CDE"):** A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória ("REH") nº 2.664, de 17 de dezembro de 2019, estabeleceu as quotas anuais e mensais definitivas da CDE Uso vigentes para o ano de 2020.

26. CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2020	2019	2020	2019
<b>Energia comprada para revenda</b>				
Energia de Itaipu Binacional	3.478	3.442	1.212.982	872.786
PROINFA	351	355	88.484	115.129
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	13.466	14.402	2.933.198	3.416.977
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(375.442)	(378.908)
<b>Subtotal</b>	<b>17.295</b>	<b>18.199</b>	<b>4.859.223</b>	<b>4.025.984</b>
<b>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</b>				
Encargos da rede básica	-	-	715.916	605.047
Encargos de transporte de itaipu	-	-	101.659	87.805
Encargos de conexão	-	-	105.820	105.232
Encargos de uso do sistema de distribuição	-	-	1.876	1.470
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)	-	-	44.078	(824)
Encargos de energia de reserva - EER	-	-	77.901	39.407
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(96.868)	(77.528)
<b>Subtotal</b>			<b>950.382</b>	<b>760.610</b>
<b>Total</b>			<b>4.809.605</b>	<b>4.786.593</b>

(\*) Conta de energia de reserva.

27. OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Pessoal	182.342	185.695	-	-	81.388	79.248	64.635	61.862	-	-	328.365	326.806
Entidade de previdência privada	14.583	10.023	-	-	-	-	-	-	-	-	14.583	10.023
Material	48.509	53.800	259	178	16.019	11.230	2.888	1.919	-	-	67.675	67.127
Serviços de terceiros	133.819	116.044	416	333	39.756	39.896	88.085	111.833	-	-	262.074	268.105
Custos com construção da infraestrutura	-	-	994.869	873.042	-	-	-	-	-	-	994.869	873.042
Outros	19.588	11.928	(2)	(1)	29.716	31.537	114.223	85.652	73.587	86.359	237.112	215.474
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	29.192	30.798	-	-	-	-	29.192	30.798
Arrendamentos e aluguéis	21.285	11.931	-	-	-	-	9.666	9.334	-	-	30.951	21.265
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	4.517	4.792	-	-	4.517	4.792
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	91.868	66.962	-	-	91.868	66.962
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	2.043	867	-	-	2.043	867
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	71.805	84.546	71.805	84.546
Outros	(1.697)	(3)	(2)	(1)	523	739	6.128	3.697	1.782	1.812	6.734	6.244
<b>Total</b>	<b>398.841</b>	<b>377.490</b>	<b>995.543</b>	<b>873.553</b>	<b>166.879</b>	<b>161.912</b>	<b>269.830</b>	<b>261.267</b>	<b>73.587</b>	<b>86.359</b>	<b>1.904.679</b>	<b>1.760.580</b>

28. RESULTADO FINANCEIRO

	2020	2019
<b>Receitas</b>		
Rendas de aplicações financeiras		

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa/custo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
<b>Intangível, materiais e prestação de serviço</b>								
CPFL Energia S.A.	-	-	-	-	-	-	2	-
Companhia Paulista de Força e Luz	-	-	212	17	-	-	2	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	273	104	2.758	2.497	-	-	2.057	1.391
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.482	1.598	-	-	20.209	20.063
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	492	890	-	-	6.292	19.410
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	273	394	-	-	5.200	2.093
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	-	-	588	-	-	-	9.993
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	495	494	-	-	5.934	1.467
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	346	342	-	-	4.265	1.057
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda. (*)	-	-	500	435	-	-	5.964	1.330
<b>Compra e venda de energia e encargos</b>								
CPFL Geração de Energia S.A.	-	-	-	19	-	-	259	472
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	9	8	-	-	91	88
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	769	102	-	-	3.897	3.687
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	90	101	-	-	938	905
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas	-	-	302	276	-	-	2.526	2.433
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	2.922	2.479	-	-	38.368	19.051
CPFL Renováveis - Consolidado	9	-	228	152	110	95	4.233	2.904
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	-	58	59
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	65	58
<b>Outras operações financeiras</b>								
CPFL Renováveis - Consolidado	-	-	-	-	-	-	7	-
Nect Ser Adm Financ Ltda	-	-	-	-	-	-	6	-
<b>Outros</b>								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	2.014	1.273

(\*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia o montante de R\$ 65.817 no exercício de 2020 (R\$ 26.526 em 2019), que não estão sendo apresentados no quadro acima. (\*\*) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 300.019, refere-se substancialmente ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 107% do CDI.

**30. SEGUROS**

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

Descrição	Ramo da apólice	31/12/2020
Ativo financeiro da concessão/Intangível	Riscos nomeados	127.000
Transporte	Transporte nacional	245.481
Responsabilidade civil	Geral e riscos ambientais	35.000
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	266.543
Garantia	Seguro Garantia	1.582.909
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	150.000
<b>Total</b>		<b>2.406.933</b>

Para o seguro de responsabilidade civil dos administradores, a importância segurada é compartilhada entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago individualmente por cada empresa envolvida, sendo o faturamento base de critério do rateio.

**31. GESTÃO DE RISCOS**

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL. **Estrutura do gerenciamento de risco:** A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal da controladora CPFL Energia, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria, Riscos e Compliance e DPO (*Data Protection Officer*), bem como as áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos. Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia deliberar sobre as metodologias de limite de risco recomendadas pela Diretoria Executiva, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem desses limites. Adicionalmente, cabe a este fórum, tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva para saná-los. Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração, desempenhando seu(s) papel(is) de órgão(s) técnico(s), tomar conhecimento (i) dos modelos de monitoramento dos riscos, (ii) das exposições aos riscos e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), bem como acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo a gestão de riscos. Ao Conselho Fiscal da CPFL Energia compete, entre outros, certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras aos quais a Companhia está exposta, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles. À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe a condução dos negócios dentro dos limites de risco definidos, devendo esta tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO é responsável pela (i) coordenação do processo de gestão de riscos da Companhia, desenvolvendo e mantendo atualizadas metodologias de Gestão Corporativa de Riscos que envolvam a identificação, mensuração, monitoramento e reporte dos riscos aos quais a Companhia está exposta, (ii) monitoramento periódico das exposições aos riscos e acompanhamento da implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios, (iii) acompanhamento e reporte dos status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados, e (iv) avaliação do ambiente de controles internos da Companhia e interação com os respectivos Gestores dos Negócios, buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas. As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão. Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem: **Risco de taxa de câmbio:** Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 32. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas. **Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 32. **Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento. **Risco de sub/obsecuração:** Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias. **Risco quanto à escassez de energia hídrica:** A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2020 foram observadas chuvas abaixo do normal, principalmente no segundo semestre, levando a uma redução dos níveis de armazenamento nos reservatórios. Apesar deste cenário, não se verificou um cenário crítico de suprimento. **Risco de aceleração de dívidas:** A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento. **Risco regulatório:** As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia. **Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros:** A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos. As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa. **Controles para gerenciamento dos riscos:** Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de *software Bloomberg* para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos. Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

**32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

Ativo	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/12/2020	
				Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	392.601	392.601
Títulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	757.705	757.705
Derivativos	32	(a)	Nível 2	885.121	885.121
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	4.513.915	4.513.915
<b>Total</b>				<b>6.549.342</b>	<b>6.549.342</b>
<b>Passivo</b>					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.177.398	1.177.398
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	3.097.839	3.097.839
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.140.064	1.116.230
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	258.062	258.062
<b>Total</b>				<b>5.673.362</b>	<b>5.649.528</b>

(\*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo. (\*\*) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 18.682 em 2020 (uma perda de R\$ 50.142 em 2019). (\*\*\*) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda: Categoria/Mensuração: (a) - Valor justo contra o resultado; (b) - Mensurados ao custo amortizado.

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento. Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são: • Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber - CDE; (iii) cauções; fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros; (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial. • Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar; (iv) FNDC/PE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários - CDE; (vii) passivo financeiro setorial e (viii) mútuo entre coligadas, controladas e controladora. Adicionalmente, não houve em 2020 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo. **a) Valorização dos instrumentos financeiros:** Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos no resultado em 2020 de R\$ 176.385 (ganho de R\$ 109.550 em 2019), assim como as principais premissas utilizadas estão divulgadas na nota 11. **b) Instrumentos derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA, avaliada em pelo menos uma das agências S&P, Moody's ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada a menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o período de 2020 e 2019 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)		Valores a custo, líquidos <sup>(1)</sup>	Ganho (Perda) na marcação a mercado	Moeda/ indexador dívida	Moeda/ indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Valores justos, líquidos						
<b>Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo</b>								
<b>Hedge variação cambial</b>					US\$ + (Libor 3 meses + 0,87% a 0,95%) ou (1,84% a 3,65%)	99,80% a 116% do CDI ou CDI + 0,8%	mai/19 a fev/25	1.864.325
Empréstimos bancários - Lei 4.131	624.504	624.504	603.025	21.479	Euro + de 0,79 a 0,80%	103,5% a 105,8% do CDI	jun/21 a fev/22	444.130
Empréstimos bancários - Lei 4.131	198.529	198.529	199.507	(979)				
<b>Total</b>	<b>823.033</b>	<b>823.033</b>	<b>802.533</b>	<b>20.500</b>				
<b>Hedge variação índice de preços</b>					IPCA + 5,80%	104,3% do CDI	ago/24 a ago/25	219.600
Debêntures	62.088	62.088	23.429	38.659				
<b>Total</b>	<b>885.121</b>	<b>885.121</b>	<b>825.962</b>	<b>59.159</b>				
<b>Circulante</b>	<b>486.476</b>							
<b>Não circulante</b>	<b>398.645</b>							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

<sup>(1)</sup> Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

Derivativos	Saldo em 31/12/2019	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2020
Para dívidas designadas a valor justo	146.636	743.209	(63.883)	825.962
Para dívidas não designadas a valor justo	-	3.372	(3.372)	-
Marcação a mercado (*)	50.854	8.305	-	59.159
<b>Total</b>	<b>197.490</b>	<b>754.886</b>	<b>(67.256)</b>	<b>885.121</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>14.156</b>			<b>486.476</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>183.444</b>			<b>398.645</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(120)</b>			<b>-</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2020 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Derivativos	Saldo em 31/12/2018	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2019
Para dívidas designadas a valor justo	93.772	30.318	22.546	146.636
Para dívidas não designadas a valor justo	-	(1.439)	1.439	-
Marcação a mercado (*)	(1.986)	52.840	-	50.854
<b>Total</b>	<b>91.785</b>	<b>81.719</b>	<b>23.985</b>	<b>197.490</b>
<b>Ativo circulante</b>	<b>9.811</b>			<b>14.156</b>
<b>Ativo não circulante</b>	<b>90.369</b>			<b>183.444</b>
<b>Passivo não circulante</b>	<b>(8.395)</b>			<b>(120)</b>

(\*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente de 2019 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo.

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida e debêntures para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17). A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratarem de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2020 e 2019 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	2020	2019	2020	2019
Varição de taxas de juros	17.243	7.742	-	-
Marcação a mercado	3.473	24.672	(1.985)	1.422
Varição cambial	729.338	22.577	-	-
Marcação a mercado	11.251	26.861	(4.434)	(116)
<b>Total</b>	<b>761.305</b>	<b>81.852</b>	<b>(6.419)</b>	<b>1.307</b>

**c) Ativos financeiros da concessão:** Em função da Companhia ter classificado os respectivos ativos financeiros da concessão como mensurados pelo valor justo por meio de resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis e não existe um mercado ativo. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. **d) Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. **Análise de sensibilidade:** A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros. Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, euro, CDI, T.JLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado: **d.1) Variação cambial:** Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2020 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros passivos	(2.458.268)		(50.995)	576.321	1.203.637
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	2.522.105	baixa dólar	52.318	(591.288)	(1.234.894)
<b>Total</b>	<b>63.836</b>		<b>1.324</b>	<b>(1.966)</b>	<b>(31.256)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(639.570)		(18.347)	146.132	310.612
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	643.609	baixa euro	18.462	(147.056)	(312.574)
<b>Total</b>	<b>4.038</b>		<b>116</b>	<b>(923)</b>	<b>(1.961)</b>
<b>Total</b>	<b>67.874</b>		<b>1.440</b>	<b>(15.889)</b>	<b>(33.217)</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e portanto o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável. **d.2) Variação das taxas de juros:** Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2020 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Taxa no período	Taxa cenário provável (a)	Cenário provável	Receita (despesa)	
						Elevação/ Redução de índice em 25% (b)	Elevação/ Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	319.452				9.424	11.780	14.136
Instrumentos financeiros passivos	(993.236)				(29.300)	(36.626)	(43.951)
Derivativos - swap plain vanilla	(2.560.946)				(75.548)	(94.435)	(113.322)
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>(3.234.730)</b>	alta CDI	<b>2,78%</b>	<b>2,95%</b>	<b>(95.424)</b>	<b>(119.281)</b>	<b>(143.137)</b>
	(1.451)				(64)	(80)	(96)
<b>Instrumentos financeiros passivos</b>	<b>(1.451)</b>	alta TJLP	<b>4,87%</b>	<b>4,39%</b>	<b>(64)</b>	<b>(80)</b>	<b>(96)</b>
Instrumentos financeiros passivos	(1.606.658)				(74.388)	(55.791)	(37.194)
Derivativos - swap plain vanilla	280.353				12.980	9.735	6.490
Ativo financeiro da concessão	4.513.915				208.994	156.746	104.497
<b>Ativos e passivos financeiros</b>	<b>3.187.610</b>	baixa IPCA	<b>4,52%</b>	<b>4,63%</b>	<b>147.586</b>	<b>110.690</b>	<b>73.793</b>
Ativos e passivos financeiros setoriais	179.677				5.300	3.975	2.650
Instrumentos financeiros ativos	757.705				22.352	16.764	11.176
<b>Instrumentos financeiros ativos</b>	<b>937.382</b>	baixa SELIC	<b>2,78%</b>	<b>2,95%</b>	<b>27.652</b>	<b>20.739</b>	<b>13.826</b>
<b>Total</b>	<b>888.811</b>				<b>79.750</b>	<b>12.068</b>	<b>(55.614)</b>

**Efeitos no resultado abrangente acumulado**

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado. (b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

**e) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissonárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 - Consumidores, Concessionárias e Permissonárias. **Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissonárias:** A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito. A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados. As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma "Receita ajustada", refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice "Ajustado" de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa ("PDD") para o mês, que foi determinado dividindo-se a "PDD Real" pela "Receita Ajustada" de cada mês. Na sequência, a PDD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais "Ajustados", e aplicada sobre a receita real do mês corrente. Com base neste critério, o percentual de PDD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel. A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default - PD*"), Exposição na Inadimplência ("*Exposure at Default - EAD*") e Perda Dada a Inadimplência ("*Loss Given Default - LGD*"). **Efeitos da Covid na PDD durante o ano de 2020:** Com o objetivo de capturar tempestivamente os efeitos de aumento na inadimplência especialmente por conta da suspensão dos cortes de energia, a Companhia optou por adotar uma mudança no cálculo da PDD nos 2º e 3º trimestres de 2020. No entanto, para 31 de dezembro de 2020 voltou para o critério anterior, conforme detalhado acima. Importante mencionar que a Companhia permanece acompanhando os desdobramentos da atual crise em seus resultados, buscando avaliar a metodologia que reflete tempestivamente a perda esperada. **Fatores macroeconômicos:** Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pela Covid-19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência. **Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários:** A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA- (nota 32 b). A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2020 e 2019 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito. **Derivativos:** A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* de pelo menos AA (nota 32 b), baseado nas principais agências de *rating* de crédito do mercado (nota 32). A Administração não identificou para os exercícios de 2020 e 2019 que os

ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas. **f) Análise de liquidez:** A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2020, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>31/12/2020</b>								
Fornecedores	15	1.052.529	-	-	7.029	-	182.550	1.242.107
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	98.168	432.680	1.995.763	1.124.405	1.212.163	665.366	5.528.545
Debêntures - principal e encargos	17	-	133.466	26.962	683.168	729.679	19.622	1.592.897
Taxas regulamentares	19	23.658	-	-	-	-	-	23.658
Outros	22	16.239	88.518	9.081	-	-	63.209	177.047
Consumidores e concessionárias		16.239	54.707	-	-	-	63.209	134.156
EPE/FNDC/PROCEL		-	2.035	9.081	-	-	-	11.115
Convênio de arrecadação		-	31.776	-	-	-	-	31.776
<b>Total</b>		<b>1.190.594</b>	<b>654.664</b>	<b>2.031.806</b>	<b>1.814.601</b>	<b>1.941.843</b>	<b>930.747</b>	<b>8.564.254</b>

Os efeitos e divulgações nestas demonstrações financeiras, decorrente da pandemia causada pela Covid-19, estão descritos na nota 1.2.

**33. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA**

A Companhia possui no exercício de 2020 um valor de R\$ 13.082 (R\$ 11.495 em 2019) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

**34. COMPROMISSOS**

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2020	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Arrendamentos e alugueis	Até 7 anos	26.772	51.808	40.166	7.218	125.964
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 7 anos	2.532.496	5.038.194	5.605.470	5.166.533	18.342.692
Compra de energia de Itaipu	Até 7 anos	1.113.048	2.084.971	2.007.451	1.862.402	7.067.872
Encargos de uso do sistema de distribuição e transmissão	Até 7 anos	1.068.277	2.757.661	3.046.354	2.505.633	9.377.924
Projetos de construção de subestação	Até 2 anos	59.120	101	-	-	59.221
<b>Total</b>		<b>4.799.713</b>	<b>9.932.734</b>	<b>10.699.441</b>	<b>9.541.785</b>	<b>34.973.673</b>

**35. EXPOSIÇÃO DECORRENTE DE PREÇOS ENTRE SUBMERCADOS - CCEE**

A Companhia é parte ativa no processo nº 2002.34.00.026509-0, cujo pleito é a anulação dos efeitos do Despacho ANEEL nº 288, que determinou a obrigatoriedade da adesão ao mecanismo de alívio de exposição financeira para as operações realizadas no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia (MAE), atualmente Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). As transações efetuadas sem a adesão ao mecanismo de alívio de exposição de preços entre os submercados resultaram num ganho de R\$ 437.800 em 16 de maio de 2002, a ANEEL emitiu o Despacho nº 288, considerando ilegal a opção da Companhia durante o período anterior à aprovação do ato. A Companhia, mesmo não concordando com o Órgão Regulador e mantendo o questionamento judicial do Despacho nº 288, registrou em 31 de dezembro de 2002, por tratar-se de ativo contingente, provisão para perdas sobre esse crédito no mesmo montante de R\$ 437.800. Durante o período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, a Companhia efetuou transações de compra e venda de energia no âmbito da CCEE, resultando no montante líquido a pagar de R\$ 99.909 (R\$ 128.438 em 31 de dezembro de 2017) (nota 13), cujo pagamento está suspenso por conta de decisão judicial obtida em Medida Cautelar nº 0043277-81.2012.4.01.0000/DF. Com o ajuizamento do processo nº 2002.34.00.026509-0, a Companhia obteve liminar a fim de que os valores que o Despacho nº 288 lhe suprimiram, fossem imediatamente pagos. Em decorrência disso, a ANEEL e a CCEE executaram os atos necessários para tanto, determinando a um conjunto de empresas que depositasse os valores em favor da Companhia. Parte dessas empresas se insurgiu contra a decisão e, em 10 de novembro de 2008, a Companhia recebeu o valor de R\$ 27.783 de empresas que não obtiveram liminares. Em 18 de novembro de 2008 foi proferida decisão reconsiderando, em parte, a antecipação de tutela, para torná-la sem efeito no tocante à imposição à ANEEL da obrigação de contabilizar esses valores em favor da Companhia e, em função dessa decisão, a Companhia registrou um passivo no mesmo montante de R\$ 51.332 (R\$ 47.831 em 31 de dezembro de 2018, nota 21). Em 29 de junho de 2012, foi publicada a sentença do processo nº 2002.34.00.026509-0, que julgou procedentes os pedidos da Companhia. De acordo com a sentença, a adesão ao mecanismo de alívio de exposição deve ser entendida como mandatória - e não facultativa, conforme defendido pela Companhia - e o Despacho nº 288 considerado como legal. Em 11 de julho de 2012, a Companhia interps recurso de apelação contra tal sentença que, em 27 de março de 2014, por maioria de votos (2x1), foi provido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, determinando a ilegalidade do Despacho nº 288. As partes requeridas no processo apresentaram recursos de embargos de declaração contra esta decisão. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada decisão negando provimento aos recursos e mantendo a decisão favorável à Companhia. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recursos de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão favorável obtida pela Companhia. Os recursos aguardam julgamento. Além da existência da discussão judicial sobre a legalidade do Despacho nº 288, diversos agentes do mercado de energia elétrica ingressaram em juízo contra a Companhia objetivando a cobrança dos valores dos créditos oriundos da liquidação promovida pela CCEE sob os efeitos do Despacho nº 288, sendo que a única ação desta natureza que prosperou foi a ajuizada pela Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A., cuja liquidação ocorreu em 27 de setembro de 2016, encerrando desta forma a ação de cobrança no valor atualizado de R\$ 16.644, sendo de (i) principal R\$ 2.503, (ii) correção monetária e juros R\$ 12.603 e (iii) custas judiciais e honorários de R\$ 1.538.

**36. EVENTO SUBSEQUENTE**

**36.1 Exclução do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS:** Em 09 de fevereiro de 2021, a Companhia teve transitado em julgado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, decisão favorável em processo judicial no qual foi reconhecido o direito à não inclusão dos valores do ICMS na base de cálculo do PIS e do COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente. A Companhia estima o valor a recuperar em aproximadamente R\$ 1,8 bilhões (com base na orientação da Receita Federal 13/2018) e está avaliando os montantes a serem reembolsados aos consumidores de acordo com os aspectos legais e regulatórios, bem como os respectivos impactos contábeis e financeiros da referida decisão, em conjunto com seus assessores legais.

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

<b>LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO</b> Presidente	<b>YUEHUI PAN</b> Vice Presidente	<b>MARIO ANTONIO COSTA CALDAS</b> Conselheiro
---	--------------------------------------	--

**DIRETORIA**

<b>MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU</b> Diretor Presidente	<b>YUEHUI PAN</b> Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	<b>RAFAEL LAZZARETTI</b> Diretor Comercial	<b>OSVANIL OLIVERIA PEREIRA</b> Diretor de Operações	<b>ANDRÉ LUIZ GOMES DA SILVA</b> Diretor de Assuntos Regulatórios	<b>FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO</b> Diretor Administrativo
---	--	---	---	--	--

**DIRETORIA DE CONTABILIDADE**

<b>SÉRGIO LUIS FELICE</b> Diretor de Contabilidade CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS	<b>ANA PAULA PERESSIM DE PAULO</b> Gerente de Contabilidade das Distribuidoras CT CRC 1SP217200/O-6
---	---

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras**

**Aos Conselheiros e Acionistas da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.,** São Leopoldo - RS. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de energia distribuída, mas não faturada:** Veja as notas explicativas 3.9 e 25 às demonstrações financeiras. **Principal assunto de auditoria:** A receita não faturada reconhecida pela Companhia corresponde à energia elétrica distribuída, mas não faturada para os consumidores e o seu faturamento é efetuado tomando como base os ciclos de leitura que em alguns casos sucedem o período de encerramento contábil. O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais. Devido à complexidade dos dados usados na determinação da estimativa do reconhecimento da receita não faturada que pode impactar o valor das receitas nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria. **Como auditoria endereçou esse assunto:** Avaliamos o desenho, implementação e efetividade dos controles internos chave relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados. - Análisis dos dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, e dos índices de perdas técnicas e comerciais, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo. Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida pela multiplicação desta carga pelas tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Adicionalmente, testamos a integridade e exatidão dos dados utilizados no referido cálculo e efetuamos teste de valorização por meio do confronto dos valores reconhecidos de receita com as expectativas independentes geradas a partir de nossos testes de auditoria. Também avaliamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras estão de acordo com as normas aplicáveis. No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e a divulgação do reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020. **Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou

de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 17 de março de 2021



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP027612/O-4

**Marcio José dos Santos**  
Contador - CRC 1SP252906/O-0